

SOBRE MÍDIA, EDUCAÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS.

Teresa Kazuko Teruya

Referência deste capítulo de livro:

TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre mídia, educação e Estudos Culturais. In. MACIEL, Lizete Shizue Bomura; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (Org.) **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Maringá: Eduem, 2009. p. 151-165.

Resumo do capítulo.

O capítulo *Sobre mídia, educação e estudos culturais* apresenta um panorama geral do campo de pesquisa que investiga a intervenção da mídia na educação. Aborda as origens e os métodos de pesquisa desenvolvidos pelos Estudos Culturais britânicos e suas repercussões no mundo ocidental. Discute a cultura midiática de crianças e jovens e a necessidade de mediação escolar para trabalhar a relação mídia e educação na sala de aula. Com a emergência das mídias digitais na educação escolar, argumenta em favor da necessidade de formação de professores e professoras para lidar com as tecnologias *on-line*, que hoje já é comum nas instituições de ensino superior.

1 Introdução

Este capítulo apresenta alguns apontamentos sobre mídia e educação na perspectiva dos Estudos Culturais. Inicialmente aborda as origens e o método de pesquisa dos Estudos Culturais britânicos e sua repercussão no mundo ocidental. Em seguida, faz uma reflexão sobre a relação mídia educação, tendo como foco a necessidade de uma mediação escolar para tratar das questões midiáticas no espaço escolar. E, finalmente, apresenta algumas pesquisas sobre as mídias digitais na educação escolar e a necessidade de formação de professores e professoras para lidar com as tecnologias *on-line*.

2 Campo de pesquisa dos Estudos Culturais.

Nos estudos da mídia e da comunicação, os estudos culturais exercem grande influência. Nelson, Treichler e Grossberg (1995, p. 9) dizem que os estudos culturais se aproveitam “dos muitos campos principais de teoria das últimas décadas, desde o marxismo e o feminismo até a psicanálise, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo”. A metodologia de pesquisa dos estudos culturais ocupa uma posição desconfortável, uma vez que não tem uma metodologia específica, sendo considerada ambígua, entendida como uma *briocolage*, uma atividade pragmática que repudia as práticas disciplinares herdeiras das práticas de exclusões. A metodologia de pesquisa, nessa área, carrega os traços de um determinado contexto histórico e dentro do próprio legado dos Estudos Culturais. O método de pesquisa depende das questões elaboradas e do contexto, muitos pesquisadores utilizam métodos múltiplos, “misturando *survey* com etnografia, por exemplo, ou

informações da pesquisa moderna de marketing com concepções mais utópicas de consumidores críticos” (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1995, p. 10).

A fronteira metodológica estabelecida nas disciplinas tradicionais que delimitam seus territórios nos currículos formais, como diz Richard Johnson (2006, p. 10) “vai contra algumas características dos estudos culturais: sua abertura e versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e, especialmente, a importância da crítica”. Essa crítica não tem o sentido negativo, mas é um conjunto de procedimentos para apropriação de uma alquimia para produzir um conhecimento útil.

Os Estudos Culturais surgem em meados da década de 1950 no contexto britânico junto com os movimentos teóricos e políticos. No plano teórico, rompem com a idéia de disciplina e não se configuram como tal, mas como uma área que propõe a interação de diferentes disciplinas. Diferente do objeto estudado no campo da antropologia, os Estudos culturais analisam os aspectos culturais da sociedade contemporânea. Trata-se de um campo onde convergem preocupações e métodos para entender fenômenos que não são compreensíveis nas disciplinas existentes.

Os autores que constituem as bases dos Estudos Culturais, no final dos anos 50, em conformidade com Hall (2003), Escosteguy (2006) e Johnson (2006), escreveram três textos: “Richard Hoggart com *The uses of literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and society* (1958) e E. P. Thompson com *The making of de english working-class* (1963)”

Esses textos são explicitados por Escosteguy (2006, p. 139) da seguinte forma:

O primeiro é, em parte, autobiográfico e, em parte, história cultural do meio do século XX. O segundo constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a idéia de que a ‘cultura comum ou ordinária’ pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com qualquer outro. E o terceiro reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa.

A autora explicita, ainda, que Hoggart preocupava-se em investigar os materiais culturais da cultura popular que foram historicamente desprezados pela

cultura dominante. Para Williams, a cultura é a categoria chave para a crítica literária e para as investigações sociais. Williams e Thompson entendiam a cultura como uma rede de práticas e relações da vida cotidiana. Stuart Hall ao substituir Hoggart na direção do Centro incentivou os estudos etnográficos para analisar as mídias de massa e a “investigação de formas de resistência dentro de subculturas”. (ESCOSTEGUY, 2006, p. 141).

Nesta perspectiva, existem várias possibilidades de investigação sobre a relação mídia e educação. No delineamento ou a abordagem da pesquisa podem ser realizados: estudos da recepção, análise de conteúdo, análise de discurso, pesquisa ação, pesquisa de opinião, pesquisa participante, estudo de caso, pesquisa etnográfica e pesquisa experimental. As pesquisas de mídia-educação podem também incluir uma coleta de dados empíricos e utilizar instrumentos como: observação, entrevista, questionário ou *survey*. Outra possibilidade é analisar filme ou documentário ou um programa televisivo como fonte de pesquisa ou objeto de pesquisa.

As abordagens dos estudos da mídia centram o foco nas identidades sociais, subjetividade, cultura popular e suas relações para as formas de poder. Nas formas teóricas e metodológicas dos Estudos Culturais distinguem duas vertentes: os “culturalistas” e os “estruturalistas” (JOHNSON, 2006; HALL, 2003). Baseados nas formulações de Williams ou de Thompson, estes estudos da cultura defendem as descrições densas, concretas para apreender as formas culturais da vida material. As descrições etnográficas podem ser: autobiografias, história oral, formas realistas de ficção para recriar experiências localizadas. Os estruturalistas privilegiam as formas discursivas dos sujeitos com ênfase na subjetividade e significação. O método adotado é a busca do significado “produzido na linguagem, na narrativa ou em outros tipos de sistema de significação” (JOHNSON, 2006. p. 42).

A vertente culturalista foi interrompida com a chegada dos estruturalistas, mas compartilham de algumas orientações e posições e se contrastam em conceitos como o de experiência. Para o culturalismo, a experiência é “o solo – o terreno do vivido - em que interagem a condição e a consciência”, para o estruturalismo a experiência não é fundamento de coisa alguma, porque viver e experimentar só é possível “dentro e através de categorias, classificações e quadros de referência da cultura” (HALL, 2006, p. 138).

Sobre os dois paradigmas, Hall (2003) apresenta três vantagens do estruturalismo sobre o culturalismo. A primeira é a ênfase nas condições determinadas. Segunda vantagem é o reconhecimento da necessidade de abstração pelo pensamento para analisar a complexidade e conceituar a especificidade de cada prática diferente dentro da totalidade por ela constituída. Terceira vantagem está no descentramento da experiência e da reelaboração da categoria ideologia, negligenciado pelos culturalistas.

Hall (2003) afirma que nem o culturalismo e nem o estruturalismo são auto-suficientes para o estudo da cultura contemporânea, mas são centrais para o campo de pesquisa. Em suas divergências e convergências, as duas vertentes focam o problema central dos Estudos Culturais e revelam a articulação de dois conceitos fundamentais: cultura e ideologia. Elas retornam a metáfora base/superestrutura; problematizam a oscilação entre idealismo e reducionismo; confrontam a dialética entre condições e consciência; questionam a relação entre a lógica de pensar e a lógica do processo histórico e sustentam a teoria do materialismo cultural.

O trabalho teórico dos Estudos culturais, segundo Hall (2003), convive com a constante tensão entre o trabalho teórico e a prática política. Daí a importância do conceito de hegemonia e de intelectual orgânico de Antonio Gramsci, como fundamental para produzir uma mudança da mente e do discurso, construída dentro do próprio sistema de dominação. “A teoria gramsciana pressupõe a conquista do consentimento” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 147). Existe um movimento de ação política dentro das complexas interações existentes entre a cultura popular e a cultura hegemônica, na qual há uma tendência de ocorrer no meio social a reprodução dos modelos hegemônicos de cultura, mas também existe a possibilidade de uma cultura popular impugnar a cultura dominante quando se produz intelectual orgânico nos movimentos sociais.

Na França, a grande contribuição para analisar as formas de poder relacionado com o conhecimento, estão nos estudos de Michael Foucault (2006) e Pierre Bourdieu (2006) sobre as críticas relativas a ciência ou o cientificismo de filósofos e sociólogos. A idéia de que o poder circula e pode mudar de lugar e também de grupo social.

Na América Latina, segundo Orofino (2005) e Vasconcelos (2002), destacam-se os pesquisadores Guillermo Orozco e Jesus Martin-Barbero que investigam a relação comunicação e educação. Seus argumentos apontam para

além do processo de estímulo-resposta, porque a relação entre o indivíduo e a tela envolve fatores subjetivos, culturais, sociais e históricos dos receptores. Os estudos da recepção adotam uma abordagem multidisciplinar para analisar a audiência, a fim de verificar como as mensagens transmitidas são percebidas pelo receptor, que significados atribuem, como interferem na subjetividade do público.

No Brasil, a pedagogia do oprimido, da esperança e a da autonomia que fundamentam a pedagogia libertadora e participativa de Paulo Freire (1978, 2003, 2004) oferecem contribuições relevantes para os Estudos Culturais. O pensamento freireano é citado por pesquisadores e pesquisadoras que tratam da relação entre educação e comunicação. Problematizar o futuro para mudar a realidade social é lutar por um futuro da esperança. Assim como Paulo Freire defendeu um mundo povoado de leitores e leitoras críticas das palavras e das imagens do mundo globalizado, os pesquisadores dos Estudos Culturais defendem uma ação política para efetivar a valorização das identidades culturais como fundamental na prática educativa. Para além do respeito às diferenças, é preciso agir para mudar o discurso e o poder, a fim de transformar a prática pedagógica da escola para desenvolver o pensamento crítico das ideologias dominantes que sustenta a desigualdade social.

3 Estudos culturais na relação mídia-educação.

Para analisar a relação mídia-educação é preciso **pensar a comunicação** dentro da complexidade cultural e das relações de poder que permeiam os meios de comunicação em nosso contexto histórico, político e econômico como fatores essenciais para a compreensão da ação midiática na escola. E isso não é uma tarefa fácil. Exige uma compreensão de diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas. A comunicação, segundo Volton (2004, p. 99), é “um campo de pesquisa que mobiliza nada mais nada menos do que dez disciplinas: antropologia, linguística, filosofia, sociologia, direito, ciência política, psicologia, história, economia e psicossociologia”.

Na polissemia das palavras informação e comunicação estão impregnados de valores éticos e estéticos, interesses individuais ou coletivos e ideologias. A comunicação estabelece a relação com o outro, tanto no processo de interação e socialização do conhecimento como no jogo de interesses. A comunicação

expressa um padrão cultural ou uma identidade cultural, por isso, é o elemento central da cultura e é também uma ferramenta simbólica para organizar as nossas relações com o outro.

A comunicação é um objeto de conhecimento interdisciplinar, proporcional à dimensão antropológica, e essa dimensão de *cruzamento* deve ser preservada para evitar uma especialização que, aparentemente, transmite segurança, mas que na realidade é redutora e empobrecedora (VOLTON, 2004, p. 100, grifo do autor).

Os recursos midiáticos possibilitam as novas formas de ver, de ler, de escrever e de entrar em contato com outro universo cultural, mas também sufocam a nossa inteligência com o excesso de informações que contribuem para fragilizar a nossa capacidade de conceituar, de pensar e de estabelecer relações dialéticas para a compreensão da realidade social.

No meio estudantil, e até entre professores e professoras, é comum tratar as informações da mídia, tanto eletrônicas quanto impressas, como fontes de verdade. A perspectiva dos estudos culturais salienta a necessidade de se educar o olhar ou educar para a mídia na formação de professores e professoras, não apenas para utilizar a mídia como recurso didático, mas é preciso ir além, problematizar as narrativas que dão sentidos à cultura do consumo para atender os interesses da produção capitalista.

Os programas televisivos, a internet e os cinemas dentro do shopping são convites para o consumo de massa e responsáveis pelos mesmos gostos e as mesmas preferências entre as crianças e os adolescentes. O conhecimento das potencialidades das mídias pode formar uma geração mais crítica em relação à mídia. A educação para mídia pressupõe um envolvimento no processo de elaboração e produção de conhecimento na mídia digital.

Para discutir a cultura midiática na escola é necessário conhecer um pouco sobre as teorias da mídia e de comunicação. Para Orofino (2005), o enfoque na teoria das mediações estuda o processo de circulação e produção de sentidos para identificar o movimento dialético entre produtores de mídia, os meios de comunicação e os receptores. As teorias das mediações partem da audiência para

desenvolver uma leitura crítica da mídia na escola. Nessa perspectiva, investigam-se as condições de produção, a linguagem que dão sentido às mensagens, a ideologia, a recepção nos diferentes grupos e a análise das mensagens.

A mediação na educação escolar pode ser um espaço para formação da recepção crítica, mas também para a produção de mídias. As complexas relações entre produção, mensagem, recepção e resposta devem ser debatidas entre professores ou professoras e alunos ou alunas. As mensagens das mídias são mediadas de diferentes formas em contextos e realidades culturais diferentes.

As crianças convivem com as mídias desde que nascem e crescem em um espaço cultural diversificado, onde também convivem com pessoas que possuem experiências e contextos culturais particulares, caracterizadas por outras formas de viver e de conhecer o mundo. Este mundo midiático capta o segredo do universo infantil incorporando as múltiplas identidades para se aproximar desse público. Entretida no mundo do consumo visualizado pela mídia, a criança desperta para as múltiplas vontades estimuladas pela tela.

Os estudos culturais (ou mediações culturais) com o foco nas crianças e adolescentes devem problematizar estas relações e operações de sentido entre estratégias de mobilização (por parte da indústria) e táticas de apropriação e consumo (por parte das crianças e adolescentes) e que se cruzam nas textualidades dos produtos disponibilizados pelas mídias: redes virtuais e internet (lan games, chats, por exemplo), rádio, TV, videogames etc. (OROFINO, 2005, p. 46).

As mídias oferecem as narrativas que dão sentidos à cultura do consumo. Ninguém pode duvidar do poder de persuasão que as imagens espetaculares exercem sobre o público, especialmente o público infantil e juvenil. A telenovela, por exemplo, além de divulgar as mercadorias dos patrocinadores da produção narrativa, apresenta um modo de ser do operário que se identifica com uma grande parcela da população masculina brasileira como gostar de futebol e fazer um churrasquinho com os amigos no fim de semana, ou ainda, o caso das 17 adolescentes dos Estados Unidos, que inspirados em um filme, resolveram engravidar todas juntas.

Esses recursos de persuasão, sedução e apelo emocional utilizados pelas mídias de massa, são instrumentos da indústria cultural para atender os interesses da produção capitalista. A recepção é uma problemática da pesquisa que tem como foco a audiência da mídia. A narrativa midiática pode controlar e manipular a expansão dos desejos de consumo e de valores. As crianças de diferentes culturas vão se apropriando do conteúdo midiático para formar a identidade e a subjetividade derivada das diferentes identidades que se mesclam e se tornam híbridos. O consumo das mídias é selecionado pelas lentes da cultura e têm relação com classe social, gênero, etnia, religião, partido político e família. O processo de mediação não ocorre naturalmente, por isso, na prática docente é preciso potencializar e desenvolver as mediações para trabalhar a recepção crítica e interpretar as contradições da narrativa midiática.

Na sociedade contemporânea, a televisão faz o telespectador se reconhecer na existência do outro. Ao se identificar com o discurso da mídia, o receptor atribui um sentido ao seu modo de viver e a sua condição social, como uma coisa natural. Mas uma imagem/mensagem endereçada ao público não é recebida da mesma maneira entre os receptores de diferentes contextos socioculturais. A recepção dos produtos da mídia varia de acordo com as categorias de percepção do indivíduo em sua singularidade. Diferente do que pensava McLuhan (1977), ao imaginar que os meios eletrônicos iriam promover a homogeneização do pensamento e transformar o mundo em uma aldeia global, a narrativa midiática expressa as contradições sociais e os conflitos culturais, possibilitando as brechas para a resistência. O discurso circula no meio social e entra em constante conflito com as diferenças culturais.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, a sociedade contemporânea evidencia uma mestiçagem cultural, termo usado por Martin-Barbero (1997), para argumentar sobre as várias etnias com diferentes identidades culturais na América Latina que se tornam híbridos e o estudo da cultura é cada vez mais complexo. A comunicação na produção social do sentido é um problema para muitas pesquisas que investigam a relação mídia-educação. O consumo da cultura da mídia é um objeto de pesquisa em nível internacional para as teorias da recepção que focam nas **atividades dos receptores** dos meios de comunicações. Os estudos críticos realizam pesquisas qualitativas das audiências para investigar como os cidadãos produzem o sentido para própria subjetividade a partir das apropriações do discurso da mídia. Os hábitos de consumo dos indivíduos na vida cotidiana são

estudados com base nas análises estruturais da produção material e do conteúdo ideológico da mensagem midiática.

Orofino (2005, p. 29) defende a construção da visibilidade como um direito das crianças e dos adolescentes no sentido de ampliar as vozes silenciadas dos estudantes que não estão incluídas na sociedade do consumo e do mercado e propõe o “uso reflexivo das novas linguagens híbridas e suas ricas possibilidades narrativas”.

No espaço escolar as investigações sobre as mediações culturais na mídia devem-se considerar as práticas sociais do sujeito como uma mediação relevante para se pensar a mediação escolar que atua entre o espaço da produção e o da recepção. A produção televisiva não está unicamente a serviço do sistema industrial e comercial, porque a produção também procura atender aos diferentes dos modos de ver e de ler a realidade.

Nos estudos da recepção, os pesquisadores investigam vida cultural e a criatividade dos sujeitos que não foram cooptados pela lógica da hegemonia. Silva (1985) já demonstrou em sua tese que a mídia não tem o poder absoluto sobre o receptor. Em sua investigação sobre a audiência do Jornal Nacional, esse pesquisador constatou que os sujeitos duvidam da informação que recebem. Contudo devemos tomar o cuidado para não supervalorizar o público como se tivessem o poder de negociação dos sentidos daquilo que vê, lê e escuta da televisão.

A indústria da cultura se apropriou dos sistemas simbólicos das diferentes culturas para propiciar a sensação de identificação com os personagens da mídia. No espaço escolar, as proliferações das diferenças entre alunos e alunas desafiam a atuação de docentes que se vêem mergulhados numa complexa cultura midiática.

Para que a recepção seja um espaço de interação e de negociação de sentidos, é preciso educar para a mídia e adotar uma pedagogia dos meios que favoreça a compreensão dos diferentes modos de apropriação dos produtos culturais, sem superestimar e nem subestimar os produtores das mídias e os receptores desses meios.

4 Mídias digitais na educação.

Muitos estudos tratam da linguagem midiática como ferramentas relevantes no processo de ensino e aprendizagem na educação escolar, com o objetivo de trabalhar um determinado conteúdo escolar e proporcionar um olhar mais crítico dos alunos e das alunas. A utilização de filmes, documentários, telenovelas, desenhos animados e outras narrativas é uma prática comum para se trabalhar um conteúdo escolar. Essas linguagens podem provocar debates em torno de um tema e trazer uma motivação maior do que os livros para que os ou as estudantes busquem um aprofundamento das leituras.

Com o advento da internet surgiu uma imensa comunidade virtual e a necessidade de formação de professores e professoras também para lidar com as diferentes mídias no processo de ensino e aprendizagem e para atuar na educação a distância e semipresencial. A escola pública teve que se adaptar a essa nova realidade e incorporar os recursos midiáticos na sala de aula.

Atualmente, todas as mídias foram incorporadas pela internet, formando uma imensa comunidade virtual que navegam pelo ciberespaço. As discussões sobre essas novas mídias na educação foram realizadas por muitos pesquisadores brasileiros, por exemplo: Libâneo (1999), Moran (2000), Belloni (1999, 2001), Teruya (2006), Siqueira (2007) entre muitos outros. Na era digital, a comunicação *on-line* abre amplas possibilidades para que professores e professoras, alunos e alunas utilizarem a escrita para se comunicarem. Para além da sociedade do espetáculo, a integração na comunidade virtual é uma realidade que se amplia a cada ano. É possível trocar experiências e ocupar os ciberespaços para produzir conhecimento e aprender um novo conhecimento. A integração da escola com a tecnologia digital pode oferecer o desenvolvimento pessoal, profissional e grupal com maior agilidade e dinamismo, mas é preciso formar docentes para o uso dessas mídias no espaço escolar.

Belloni (2001) aponta duas vertentes para os estudos sobre mídia-educação. A primeira vertente tem o foco voltado para as análises das interações infante-juvenil com as tecnologias de informação e comunicação. Discute os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na Convenção das Organizações das Nações Unidas-ONU e chama a atenção para os novos modos de aprender. A segunda vertente está voltada para as apropriações da mídia sistema educacional.

Como os recursos midiáticos estão se integrando gradualmente no espaço escolar e evidenciam a necessidade de formar professores e professoras para desenvolver uma educação para mídia, com o objetivo de formar uma nova geração de cidadãos ativos, pensantes, criativo e críticos. A produção do conteúdo midiático pode ser um instrumento essencial para promover a democratização e contribuir para diminuir as desigualdades sociais, culturais e intelectuais.

Com base na experiência inglesa, onde se originou o grupo dos Estudos Culturais britânicos no *Centre for Contemporary Cultural Studies*, Alexandra Bujokas de Siqueira (2007) propõe uma política pública de educação para mídia no Brasil, sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República. Justifica que o Governo Federal deve centralizar a política de mídia-educação para garantir um repertório mínimo e recomenda uma série de ações para alfabetização em mídia dirigida à educação formal e não formal. No sistema educacional estariam as bases de conhecimento para que as pessoas saibam ler e escrever as linguagens das mídias. Ela defende que o sistema de comunicação brasileiro precisa quebrar o monopólio dos meios de comunicação de massa e garantir a participação democrática na produção de conteúdos, uma vez que a digitalização das plataformas de comunicação, potencialmente, amplia as possibilidades de os usuários serem receptores e, ao mesmo tempo, produtores de conteúdos.

As tarefas básicas da política de mídia-educação deveriam ser de responsabilidade de três ministérios (Educação, Cultura e Comunicação) do Governo Federal para orientar as secretarias municipais, nas quais estariam em contato com as escolas de educação básica, organizações não governamentais e universidades, para:

Eleger conteúdos, definir metodologias de trabalho, elaborar materiais pedagógicos e metodologias de trabalho que convertam os princípios da educação para a mídia em atividades concretas, tanto para o ensino formal quanto para a educação continuada de jovens e adultos, fora das instituições de ensino (SIQUEIRA, 2007, p. 91).

A comunicação *on-line* possibilitada pela tecnologia digital é uma mídia com grande potencial de viabilizar a democratização da sociedade. Ela permite a qualquer pessoa expressar suas idéias, procurar pessoas que ainda não se

conhecem para estabelecer contato, trocar experiências, publicar seus textos ou recados, fazer sua propaganda, divulgar um produto e vender mercadorias, mas também é um espaço para difundir imagens pornográficas, preconceitos, mensagens que incentivam a criminalidade e ainda realizar ações ilegais ou criminosas com pessoas de qualquer parte do planeta. É um espaço virtual de luta e difusão de idéias e mensagens.

Os programas de bate papo também pode ser uma ferramenta útil para a educação a distancia. Neste ambiente virtual, podemos encontrar os conteúdos educativos, com informações importantes para a pesquisa escolar e para a vida. No entanto, é preciso muito cuidado para não cair nas armadilhas da rede virtual. Na prática pedagógica é preciso adotar um critério rigoroso para selecionar a informação e avaliar a veracidade e a consistência dos conteúdos encontrados na internet. (MARTÍNEZ; FERNÁNDEZ, 2001).

A comunicação *on-line* possibilitou à viabilização da interação no ambiente virtual na educação escolar, a distância ou semipresencial. No uso das tecnologias *on-line* devemos ir além do consumo de mídias e partir para a produção de conteúdos significativos fundados em uma visão crítica e contestadora, compreender os valores, as ideologias que permeiam os posicionamentos políticos em um determinado contexto cultural, histórico e social. É preciso desconstruir o discurso midiático e desnaturalizar o óbvio que está na aparência das coisas, com base no conhecimento científico, cultural e filosófico.

Existe ainda um paradoxo entre a tecnologia, a cultura e a educação. A idéia de que o desenvolvimento científico e tecnológico libertaria a humanidade do trabalho exaustivo e penoso está longe de acontecer. A possibilidade de desenvolver uma cultura da sensibilidade crítica é derrotada pela a racionalidade capitalista que controla e domina as mídias de massa, impondo a sua verdade. A hegemonia cultural estabelece um consenso por meio do aparato midiático e controla a sociedade por meio da manipulação da consciência. O desenvolvimento da tecnologia digital é um meio de reproduzir a cultura dominante e manter a hegemonia ideológica do capital cultural produtora do sistema de significados de direcionam os gostos, as atitudes e as normas sociais.

5 Considerações finais

A produção discursiva da mídia eletrônica não é neutra. Os meios de comunicação de massa trabalham a serviço da racionalidade tecnológica como uma verdadeira indústria da mente que transcende a cultura visual e escrita, uma vez que a perpetuação do discurso dominante é alimentada pela ideologia que se naturaliza no indivíduo que não tem capacidade de pensar criticamente. A indústria da cultura ao distribuir e padronizar a consciência cria também os focos de resistência em suas próprias contradições.

A mídia divulga a educação como redentora da humanidade, considerada necessária e essencial na vida de todas as crianças e jovens. A televisão propaga insistentemente a necessidade de escolarização, numa época em que a escola não é levada a sério por uma parcela significativa da sociedade brasileira. As propagandas televisivas mostram imagens contraditórias, ao mesmo tempo em que as escolas aparecem como um ambiente alegre, feliz, harmônico e sem conflitos, os telejornais retratam, freqüentemente, a grande incidência de violência contra a escola pública e conflitos entre professores e professoras, alunos e alunas. A mídia de massa propõe um modelo ideal de escola para uma sociedade desigual e as contradições aparecem nas manifestações de insatisfação da comunidade escolar e da insegurança no entorno da escola.

Portanto, cabe a nós, educadores e educadoras, analisar criticamente esse discurso de modelo ideal para todos e lutar pelo direito à escola comprometida com a formação científica, ética, coerente. Uma escola que rejeita a discriminação, o preconceito, a violência, a mentira, a intolerância e adote uma pedagogia da intervenção para promover o diálogo, a mediação, o bom senso e a liberdade para ser diferente.

Referências

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. Campinas, SP: Associados, 1999.

BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 78).

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ESCOSTEGUY, A. C. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. da. (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Autêntica 2006. p. 133-166.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE, P. R. *Pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. R. *Pedagogia da esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. R. *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organizadora Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende [et.al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T. T. da. (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Autêntica 2006. p. 7-131.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

McLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional, 1977.

MORAN, J. M. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NELSON, C; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 7-38

OROFINO, M. I. *Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MARTÍNEZ, A. B.; FERNÁNDEZ, A. Internet: comunicación virtual y desarrollo de habilidades cognitivas. *Anuario ININCO*. Investigaciones de la Comunicación, v. 2, n. 13, Caracas, diciembre, 2001.

SIQUEIRA, A. B. de. Educação para a mídia como política pública: uma experiência inglesa a proposta brasileira. *Educação & política*, v. 15, n. 1., 2007, p. 73-100.

SILVA, C. E. L. *Muito além do Jardim Botânico*. Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

TERUYA, T. K. *Trabalho e educação na era mediática*. Maringá, Pr.: EDUEM, 2006.

TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre mídia, educação e Estudos Culturais. In: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (Org.) **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Maringá: Eduem, 2009. p. 151-165.

VASCONCELOS, G. A. N. Cotidiano: um outro viés para entendimento da recepção televisiva. In: LEITE, M.; FILÉ, V. (Org.). *Subjetividades, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.